



Coletânea da Jurisprudência

Processo C-626/16

**Comissão Europeia
contra
República da Eslováquia**

«Incumprimento de Estado — Ambiente — Deposição de resíduos em aterros — Diretiva 1999/31/CE — Aterros existentes — Artigo 14.º — Decisão definitiva sobre a continuação, ou não, da exploração — Artigo 13.º — Processo de encerramento — Acórdão do Tribunal de Justiça que declara a existência de um incumprimento — Inexecução — Artigo 260.º, n.º 2, TFUE — Sanções pecuniárias — Sanção pecuniária compulsória e quantia fixa»

Sumário — Acórdão do Tribunal de Justiça (Quarta Secção) de 4 de julho de 2018

- Ambiente — Resíduos — Aterro de resíduos — Diretiva 1999/31 — Aterros já existentes — Medidas a cargo dos Estados-Membros — Alcance*
(Diretiva 1999/31 do Conselho, artigos 13.º e 14.º)
- Ação por incumprimento — Acórdão do Tribunal de Justiça que declara o incumprimento — Prazo de execução — Data de referência para apreciar a existência do incumprimento*
(Artigo 260.º, n.º 1, TFUE)
- Ambiente — Resíduos — Aterro de resíduos — Diretiva 1999/31 — Não encerramento dos locais não conformes — Incumprimento*
[Diretiva 1999/31 do Conselho, artigos 13.º e 14.º, alínea b)]
- Estados-Membros — Obrigações — Incumprimento — Justificação baseada na ordem interna — Inadmissibilidade*
- Ação por incumprimento — Acórdão do Tribunal de Justiça que declara o incumprimento — Incumprimento da obrigação de dar execução ao acórdão — Sanções pecuniárias — Sanção pecuniária compulsória — Condenação no pagamento — Requisito — Persistência do incumprimento até ao exame dos factos pelo Tribunal de Justiça*
[Diretiva 1999/31 do Conselho, artigos 13.º e 14.º, alínea b)]
- Ação por incumprimento — Acórdão do Tribunal de Justiça que declara o incumprimento — Incumprimento da obrigação de dar execução ao acórdão — Sanções pecuniárias — Sanção pecuniária compulsória — Determinação da forma e do montante — Poder de apreciação do Tribunal de Justiça — Critérios*
(Artigos 258.º TFUE e 260.º, n.º 2, TFUE)

7. *Ação por incumprimento — Acórdão do Tribunal de Justiça que declara o incumprimento — Incumprimento da obrigação de dar execução ao acórdão — Sanções pecuniárias — Sanção pecuniária compulsória — Quantia fixa — Cúmulo das duas sanções — Admissibilidade*
8. *Ação por incumprimento — Acórdão do Tribunal de Justiça que declara o incumprimento — Incumprimento da obrigação de dar execução ao acórdão — Sanções pecuniárias — Imposição do pagamento de uma quantia fixa — Poder de apreciação do Tribunal — Critérios de apreciação*
- (Artigo 260.º, n.º 2, TFUE)

1. A obrigação de assegurar que só os aterros que obedecem às exigências da Diretiva 1999/31 continuam a ser explorados implica o encerramento dos aterros que não obtiveram a licença para continuar as respetivas explorações. Daqui resulta que, se aplicar o artigo 14.º da Diretiva 1999/31, não autorizando a continuação da exploração do aterro, mas decidindo pelo contrário por o encerrar, um Estado-Membro terá de respeitar as exigências do processo de encerramento previstas no artigo 13.º desta diretiva.

(cf. n.ºs 27, 28)

2. V. texto da decisão.

(cf. n.ºs 49-55)

3. V. texto da decisão.

(cf. n.ºs 57, 58, 61)

4. V. texto da decisão.

(cf. n.ºs 59, 60)

5. V. texto da decisão.

(cf. n.ºs 74-81)

6. V. texto da decisão.

(cf. n.ºs 82-84)

7. V. texto da decisão.

(cf. n.º 96)

8. V. texto da decisão.

(cf. n.ºs 98-102)